

Senado tenta esgotar pauta antes do “recesso branco”

A presidência do Senado está se esforçando para que, a partir de terça-feira próxima — quando se inicia a primeira semana de outubro —, os senadores cumpram o compromisso de permanecer em Brasília e no plenário, a fim de votarem — nesse período de “esforço concentrado” — muitas matérias pendentes.

Os dirigentes e lideranças do Senado já estão decididos a concordar com o “recesso branco” no período de 15 de outubro a 15 de novembro, mas só poderão efetivá-lo — liberando assim os parlamentares para a campanha eleitoral — se obtiverem sucesso com o quorum aguardado na próxima semana.

O “recesso branco”, como se sabe, é caracterizado pelas sessões cuja Ordem do Dia abriga somente “Trabalho de Comissões” — título que que camufla o plenário fechado, como se os senadores estivessem nas comissões. Isso significa que, no correr de tal recesso, não haverá votações nem registro de presenças ou ausências. Todos os parlamentares recebem o je-

ton correspondente às sessões ocorridas no período.

MILITARES E BALEIAS

Na próxima semana, além da momentosa emenda Airton Sandoval sobre reforma tributária — a ser votada em sessão conjunta da Câmara e do Senado —, caberá ao Senado, isoladamente, votar o projeto que legaliza a UNE e, entre outros, o que proíbe a pesca de baleias nas águas jurisdicionais brasileiras e o Projeto Itamar Franco, dispondo sobre a não-aplicação dos regulamentos disciplinares das Forças Armadas aos oficiais reformados ou da reserva.

Também aguardam a decisão do Senado, suscitando pressões dos interessados, seis mensagens do Executivo com indicações de diplomatas para postos no exterior.

As lideranças acham que o “recesso branco” não pode se efetivar antes que sejam votados estes projetos.

Amanhã, o senador Jutahy Magalhães (PFL-BA) vai à tribuna para dizer que, embora participe da Aliança Democrá-

tica que dá sustentação parlamentar ao Governo, não concordará com qualquer majoração de tributos fiscais na área da agricultura ou sobre os salários.

O senador João Lobo (PFL-PI), de igual modo, também vai deixar claro que discorda de qualquer aumento de impostos.

— A carga tributária que pesa sobre o contribuinte já se torna intolerável. Refiro-me não apenas aos assalariados, mas inclusive aos ganhos de capital. E preciso encontrar-se outra fonte para cobrir o déficit, que não seja a do aumento de impostos.

écico No PDS, já se fixou orientação contra as pretensões oficiais de majoração de impostos.

— O voto contrário à majoração de tributos, no meu partido, já passou a ser um dogma de fé — afirmou o senador Moacir Duarte (PDS-RN).

Tais reações nos diferentes partidos vão criar para o Governo um obstáculo praticamente intransponível à sua programação de combate ao déficit público. Tudo indica que, pela via do aumento de impostos, não conseguirá seu intento.